



## Parceria Transpacífico: discurso e práxis\*

DOI: <http://dx.doi.org/10.21830/19006586.76>

Recibido: 2 de agosto de 2016 • Aceptado: 2 de noviembre de 2016

---

Acuerdo de Asociación Transpacífico: discurso y praxis

---

Trans-Pacific Partnership: discourse and praxis

---

Partenariat transpacifique: discours et praxis

---

*Guilherme Lopes da Cunha<sup>a</sup>*

---

\* Este artigo é parte da pesquisa contemplada na elaboração da tese de doutorado do autor.  
<sup>a</sup> Doutorando em Economia Política Internacional, Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ).  
<[guilherme.cunha@pepi.ie.ufrj.br](mailto:guilherme.cunha@pepi.ie.ufrj.br)>



**Resumo.** Em 4 de fevereiro de 2016, a Parceria Transpacífico recebeu atenção renovada. Além da entrada do Japão no grupo, esses países reafirmaram o interesse em avançar no processo de liberalização. Considerando a diferença entre o discurso e a prática, o objetivo deste artigo é investigar em que termos haveria, de fato, uma verve puramente liberalizante ou um sentido geopolítico velado. Metodologicamente, propõe-se a utilização da teoria de Edward Hallett Carr como eixo mediador entre dois grupos de analistas internacionais: os que acreditam nos propósitos essencialmente liberais da parceria e os que a concebem como uma tentativa de reorganização da capacidade de poder.

**Palavras chave:** parceria; transpacífico; liberalismo; geopolítica; estratégia.

**Resumen.** El 4 de febrero de 2016, el Acuerdo Asociación Transpacífico recibió una atención renovada. Además de la entrada de Japón en el grupo, estos países reafirmaron el interés en avanzar en el proceso de liberalización. Considerando la diferencia entre el discurso y la práctica, el propósito de este artículo es investigar en qué términos habría, de hecho, un entusiasmo puramente liberalizante o un sentido geopolítico velado. Metodológicamente, se propone el uso de la teoría de Edward Hallett Carr como eje mediador entre dos grupos de analistas internacionales: los que creen en los propósitos esencialmente liberales de la cooperación y los que la conciben como un intento de reorganizar la capacidad de poder.

**Palabras clave:** asociación; transpacífico; liberalismo; geopolítica; estrategia.

**Abstract.** On February 4, 2016, the Trans-Pacific Partnership received renewed attention. Besides Japan's entry into the group, current members restate their intention in the liberalization process. Considering the difference between discourse and practice, the aim of this article is to investigate whether there is, in fact, a purely liberalizing verve or a veiled geopolitical sense. Methodologically, it is proposed Edward Hallett Carr's theory be used to mediate the arguments between both groups of international analysts: those who believe in the liberal purposes of the partnership and those who conceive it as an attempt to reorganize the power capability

**Keywords:** partnership; trans-pacific; liberalism; geopolitics; strategy.

**Résumé.** Le 4 Février 2016, l'Accord de Partenariat Trans-pacifique a reçu une attention renouvelée. En plus de l'entrée du Japon dans le groupe, ces pays ont réaffirmé leur intérêt à faire avancer en le processus de libéralisation. Compte tenu de la différence entre le discours et la pratique, le but de cet article est d'étudier dans quelles conditions serait, en fait, un enthousiasme purement libéral ou d'un sens géopolitique voilé. Méthodologiquement, il est proposé la théorie de E. H. Carr comme l'axe médiateur entre les deux groupes d'analystes internationaux: ceux qui croient aux fins essentiellement libéraux de la coopération et de ceux qui la conçoivent comme une tentative de réorganisation de la capacité de pouvoir.

**Mots-clés:** association; transpacific; libéralisme; géopolitique; stratégie.

## Introdução

A Parceria Transpacífico (PTP) é um projeto que contribui para a consolidação e a expansão político-econômica dos Estados Unidos. Analistas internacionais de diversas matrizes esforçam-se para ampliar a compreensão acerca dos elementos motivadores e das consequências almejadas. O discurso oficial dos integrantes da PTP procura esclarecer os benefícios do espírito liberalizante, embora uma observação mais acurada contribua para o entendimento de que se busca o fortalecimento de um nexa geopolítico dos Estados Unidos na Ásia oriental e no Sudeste asiático. Assim,



o objetivo desta investigação é testar em que intensidade há argumentos para um pensamento geopolítico na PTP, haja vista que essa cooperação tenciona ampliar capacidade estratégica dos Estados Unidos.

A Parceria Transpacífico (PTP) foi criada em 2005, quando Estados com alto grau de abertura econômica se propuseram a empreender um plano ousado, de cunho liberal. Em sua primeira formação, Brunei, Chile, Cingapura e Nova Zelândia esforçavam-se para estabelecer marcos para uma coalizão econômica que possibilitasse a edificação de uma nova arquitetura estratégica. Nesse contexto, a entrada dos Estados Unidos, em 2009, conferiu impulso renovado e acentuada projeção àquela aliança já existente. Desse momento em diante, uma nova dinâmica passou a atrair a atenção de Estados que, anteriormente, percebiam aquela mobilização com reticência e ceticismo.

Estes novos interessados compreenderam a viabilidade de promoverem suas aspirações por intermédio da PTP. Isso pode ser observado por meio da ampliação do programa, que hoje conta com 12 Estados. No ano de 2010, houve a adesão de Austrália, Malásia, Peru, Vietnã; no ano de 2012, aderiram Canadá e México. Em 2013, Japão iniciou negociações e ingressou por ocasião do novo acordo geral, concluído em 4 de fevereiro de 2016.

A trajetória do desenvolvimento da PTP enseja em exame acurado sobre as causas e as consequências políticas desse empreendimento. O objetivo desta reflexão é utilizar a teoria das relações internacionais expressa em Carr (2001), a fim de se reconhecer a coerência entre o que se alega, por meio dos discursos oficiais em que se demonstra o apreço à lógica liberalizante, e o que compõe um propósito implícito. Neste último caso, há que se considerar a existência de arranjo político que existe independentemente da PTP, em que esta seria apenas um ingrediente adicional na política junto àqueles povos.

Dessa maneira, pretende-se trabalhar com um eixo epistemológico que funciona como mediador entre dois núcleos teóricos que divergem acerca da natureza da PTP. Acredita-se que a utilização do referencial teórico contido nos pressupostos defendidos por Carr (2001), possa favorecer efetivamente como um eixo estruturante. Perscrutando essas premissas, esta pesquisa está dividida em três partes. Primeiramente, verifica-se o nexos lógico da literatura em Carr (2001), frente aos propósitos da PTP. Em seguida, avalia-se como a PTP conjuga oportunidades econômicas e geopolíticas. Enfim, examina-se a diferença de opiniões entre os que defendem a existência de um conteúdo geopolítico na PTP (Lins, 2013 & Padula, 2013) e os que o rejeitam (Cheong, 2013; Armstrong, 2011; Drysdale, 2011). (Figura 1).

## O pensamento de Edward Hallett Carr aplicado à Parceria Transpacífico

Os ensinamentos de Carr (2001) são bastante valiosos para se analisar a PTP. A distância temporal, entre o momento em que escreve e o presente, não prejudica este estudo. O contexto histórico em que compõe suas ideias é marcado por forte competição entre Estados que, recentemente, haviam terminado um conflito armado e que, em curto prazo, iniciaram outro. Propõe-se usar o



Figura 1. Estados Membros da Parceria Transpacífico

Fonte: Mapa disponível em Holmes (2016).

arcabouço teórico produzido em momento de disputa sistêmica acirrada, para se refletir as consequências da criação da PTP.

Nesse cenário, a ênfase recai sobre as matrizes teóricas a que se refere Carr (2001). Sobressai nele a intenção de caracterizar as diferenças entre aquilo que pondera como utópico e realista. Para ele, a utopia estaria arraigada na compreensão segundo a qual prevaleceriam os preceitos liberalizantes por si só, junto a propostas de construção de mundo baseadas em como deveria ser. Nesse caso, não se quer saber como o mundo é, o que cimenta convicções que se descolam do real. O idealismo, sinônimo de utopia, identifica-se com a manutenção da ordem, porque quem detém o poder empreenderá esforços para preservá-lo. Esse viés teórico, comumente, representa os anseios daqueles que desejam consolidar a política interestatal conforme ela se encontra.

Por sua vez, em posição contraposta aos princípios utópicos, há outra forma de entender o funcionamento da política internacional. A teoria realista nutre a crença de que esses pressupostos idealistas estão descolados do que é verdadeiro. Para os realistas, a interpretação formulada pelos idealistas encontraria pouca semelhança com a política que se desenvolve no cotidiano do relacionamento entre os Estados, porque a harmonia de interesses seria uma falácia, porque os Estados perseguem satisfação estritamente individualista e porque a sobrevivência dos Estados seria o que mais importa no sistema. As relações internacionais, para a teoria realista, seriam, por conseguinte, matizadas por constante reconfiguração do poder entre os Estados.



No entanto, Carr (2001) esclarece que essas teorias não têm condição de serem implementadas em sua essência pura. Ele sugere que a melhor política a ser posta em prática deve contemplar a aplicabilidade das duas vertentes, pois, assim sendo, poder-se-ia implementar políticas mais eficazes. Carr (2001) compreende que é normal que essas correntes ganhem expressão na política externa dos Estados, de modo alternado: ora uma, ora outra se ressalta. Essa dubiedade é percebida na elaboração e na consolidação da PTP.

A PTP pode ser analisada por meio dessas duas linhas de raciocínio. Considerando tanto as ponderações relativas aos ideais utópicos quanto às identificadas com as premissas realistas, convém investigar de que modo esse concerto político deve ser apreendido. O cerne desta pesquisa encontra-se no posicionamento dos Estados Unidos, já que são os que concentram mais poder globalmente. Nesse caso, a retórica idealista defendida, fervorosamente, pode ser interpretada como instrumento para a manutenção do poder: seria uma maneira de "chutar a escada", impedindo a ascensão dos *latecomers*, conforme defende Chang (2004). O mundo como ele é, estaria mais associado ao fato de que os Estados visam à satisfação de contentamento individual, havendo de prevalecer o desejo dos mais fortes. Portanto, não há como se furtar aos aspectos e às tendências da geopolítica e dos ajustes políticos arquitetados em torno da PTP.

## A Parceria Transpacífico (PTP)

Supor que os Estados se satisfazem ao estabelecerem regras que promovem favores coletivos, faz parte de pensamento próximo ao utópico. Quando se reformula essa ideia, percebe-se que é mais coerente conceber que, mesmo em bases desiguais, um Estado estabelece alguma cooperação, justamente, porque crê que seja possível ganhar alguma vantagem, por menor que seja. Essa relação, em que todos ganham, é o que comumente se entende por relações *win-win*. É possível que a PTP seja um tipo de relação *win-win* para os que a integram: esse não é o cerne desta análise. O que se almeja desvendar são os resultados dessa articulação, que não encerra seus objetivos nas conveniências econômicas, mas os utilizam para nutrir ambições geopolíticas.

No entanto, para que se conheçam as possíveis implicações geopolíticas da PTP, convém conhecer as potencialidades econômicas a serem percebidas pelos Estados. O discurso oficial dos países da PTP delinea a base de preceitos idealistas. Notoriamente, as manifestações políticas perante o público amplo guardam intenções recônditas. Traz-se, aqui, parte dos argumentos enfatizados como favorecimentos coletivos alegados, além das supostas vantagens econômicas e comerciais que se espera realizar por meio da PTP.

Os Estados Unidos vislumbram ganhos extraordinários por meio da PTP. Alguns acreditam que essa sociedade seria um dos pilares da administração Obama. A PTP seria destinada a elevar o crescimento econômico e a incentivar a criação de trabalho por meio de aumento de exportações para uma região que inclui algumas das economias mais expressivas do mundo e que representa mais de 40 por cento do comércio global<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Este é o entendimento declarado pelos órgãos oficiais dos Estados Unidos, como se observa na informação disponível em <http://www.ustr.gov/about-us/press-office/fact-sheets/2011/november/united-states-trans-pacific-partnership>, em 11 de agosto de 2016.



Entre os Estados envolvidos na PTP, há características comuns, mas também há assimetrias. Quanto a disparidades, a demografia é um fator bastante notável: de acordo com Lins (2013), enquanto os Estados Unidos possuem em torno de 311, 6 milhões de habitantes, Brunei possui 406 mil habitantes. Isso serve para realçar que há casos em que os impactos econômicos e políticos podem ser mais significativos para determinados sócios do que para outros.

O conhecimento de projeções econômicas ajuda a compreender melhor a iniciativa. O estudo quantitativo disponibilizado por Lins (2013) ilustra, por intermédio do Produto Interno Bruto (PIB), que as exportações e as importações da PTP são significativas, quando comparadas ao total mundial. Isso sinaliza o grau de agressividade que se pode esperar nas políticas implementadas.

Analisando informações sobre a PTP, antes do ingresso do Japão, alguns dados parecem reveladores. A primeira observação em destaque é o comércio externo desses Estados, como segue abaixo (tabela 1).

**Tabela 1.** Principais grupos de mercadorias da Parceria Transpácífico: destino das exportações e origem das importações

País / Vínculo comercial	Principais grupos de mercadorias			Principais parceiros (% s/ totais nacionais)		
	Prod. Agrícolas	Comb. Matér. Primas	Prod. Industriais	Destinos das exportações	Origens das importações	
Austrália	Export.	12,6	59,0	10,5	Ch: 27,5; Ja: 19,2	Ch: 18,5; UE: 17,8
	Import.	5,8	18,9	69,1	CSul: 8,9; UE: 7,1	EUA: 11,4; Ja: 7,9
Brunei	Export.	0,1	96,4	3,3	Ja: 30,6; Indo: 19,8	Ma: 21,6; Ci: 17,4
	Import.	17,2	3,0	79,3	CSul: 15,1; Au: 12,2	Ja: 12,8; UE: 10,8
Canadá	Export.	13,3	34,1	45,1	EUA: 73,7; UE: 8,9	EUA: 49,5; UE: 1,7
	Import.	8,1	15,2	72,2	Ch: 3,8; Ja: 2,4	Ch: 10,8; UE: 10,8
Chile	Export.	23,4	61,8	13,0	Ch: 22,8; UE: 17,7	EUA: 20,2; Ch: 16,9
	Import.	8,0	26,5	65,5	EUA: 11,2; Ja: 11,1	UE: 13,8; Br: 8,5
Cingapura	Export.	2,5	21,0	68,3	Ma: 12,2; HK: 11,0	UE: 12,6; EUA: 10,8
	Import.	3,8	34,4	60,1	Indo: 10,4; Ch: 10,4	Ma: 10,7; Ch: 10,4
Estados Unidos	Export.	11,4	12,5	65,3	Ca: 19,0; EE: 18,2	Ch: 18,4; UE: 16,6
	Import.	6,1	23,1	67,2	Me: 13,4; Ch: 7	Ca: 14,1; Me: 11,7
Malásia	Export.	17,1	20,2	62,2	Ch: 13,1; Ci: 12,7	Ch: 13,2; Ci: 12,8
	Import.	11,3	17,4	69,2	Ja: 11,5; UE: 10,4	Ja: 11,4; UE: 10,4
México	Export.	6,6	19,8	70,7	EUA: 78,7; UE: 5,5	EUA: 49,8; Ch: 14,9
	Import.	8,3	13,0	76,5	Ca: 3,1; Ch: 1,7	UE: 10,8; Ja: 4,7

Continúa tabla...



País / Vínculo comercial	Principais grupos de mercadorias			Principais parceiros (% s/ totais nacionais)		
	Prod. Agrícolas	Comb. Matér. Primas	Prod. Industriais	Destinos das exportações	Origens das importações	
N. Zelândia	Export.	63,9	9,0	22,0	Au: 22,7; Ch: 12,4	Ch: 16,0; Au: 16,0
	Import.	11,1	19,2	66,6	UE: 10,7; EUA: 8,4	UE: 15,5; EUA: 10,3
Peru	Export.	17,0	49,5	10,6	UE: 18,2; Ch: 15,3	EUA: 19,7; Ch: 16,7
	Import.	11,8	16,2	70,7	EUA: 13,3; Su: 12,9	UE: 10,9; Br: 6,4
Vietnã	Export.	22,9	11,6	64,0	EUA: 19,7; UE: 15,8	Ch: 23,8; CSul: 11,5
	Import.	12,3	15,9	68,9	Ch: 19,7; Ja: 10,7	Ja: 10,6; Tai: 8,2

Obs.: Au=Austrália; Br=Brasil; Ca=Canadá; Ch=China; Ci=Cingapura; CSul=Coreia do Sul; EUA=Estados Unidos; HK=Hong Kong; Indo=Indonésia; Ja=Japão; Ma=Malásia; Me=México; Su=Suíça; Tai=Taipei; EU=União Europeia

Fuente: Tabela extraída de Lins (2013)

A tabela apresenta uma estrutura comercial que favorece mais a uns do que a outros. O intercâmbio de bens industriais é altamente significativo para todos os integrantes, embora alguns se destaquem como origem desses bens. A pauta de importações de bens industriais é bastante elevada em todos; no entanto, a pauta de exportações para esses mesmos bens indica quantidade elevada somente em Cingapura, Estados Unidos, Malásia, México e Vietnã. Isso demonstra a existência de um contraste: se, por um lado, há uma acentuada demanda por bens industrializados em todos os membros, por outro lado, a capacidade de oferta desses mesmos bens industrializados está concentrada nestes 5 países mencionados, em um total de 11 Estados analisados.

Outros fatores significativos são o destino das exportações e a origem das importações dos Estados da PTP. A tabela evidencia que a China figura como maior destino e origem de produtos comercializados por todos os sócios, com a exceção de Brunei. Isso mostra que, caso o sucesso do empreendimento se consolide, haverá provável desvio de comércio em desfavor da China, o que, conseqüentemente, tenderá a promover implicações na composição do poder regional.

Caso isso ocorra, quem obterá maior vantagem em termos geopolíticos? Algumas potências interpretariam esse deslocamento de maneira positiva. Entre os maiores beneficiários, estariam Estados Unidos e Japão. O declínio na importância da China interessaria aos Estados Unidos, que se fortaleceriam em termos de aumento relativo de poder na Ásia, porque ocupariam as brechas deixadas pelos chineses e porque a redução da influência chinesa pesaria em seu favor. Além disso, o Japão também poderia ver com bons olhos a perda de dinamismo da China: isso aumentaria a sua influência, pois resultaria no enfraquecimento do competidor mais expressivo naquele ambiente.

Uma observação adicional concerne à participação dos Estados Unidos e da União Europeia no comércio exterior dos países da PTP. Conforme comprova a tabela, ambos figuram não somente como destino das mercadorias desses países; representam, também, origem de comércio dos bens



transacionados. Nesse caso, os Estados Unidos merecem maior atenção, pois, quando se reflete a atuação da União Europeia, não se deve ignorar que se trata de um agrupamento de países.

Quanto ao comércio de *commodities*, a tabela exhibe três importantes centros difusores: Chile, Nova Zelândia e Vietnã. Com a exceção de Vietnã, que possui alto índice de produção industrial, esses países estariam fadados a incrementar produção primária em desfavor do desenvolvimento de matriz produtiva destinada à geração de produtos de maior valor agregado. Contudo, pergunta-se: esses países (Chile e Nova Zelândia), de fato, acreditariam cegamente nas vantagens absolutas ou relativas, defendidas por Adam Smith, David Ricardo, entre outros? Ignorariam o desenvolvimentismo advogado por Chang (2004 e 2010), ou seja, aquele baseado na elaboração de uma estratégia que se fundamenta em indústria e em tecnologia autóctone?

Acompanhando silogismo baseado em Carr (2001), a tendência seria não haver espaço muito confortável para o desenvolvimento de matriz produtiva de bens industrializados nesses dois países (Chile e Nova Zelândia). Entre as poucas opções, restaria o planejamento autônomo e individual por meio dos recursos gerados. Isso ensejaria outra pergunta: os outros, possuidores de elevados níveis de industrialização, seriam benevolentes a ponto de favorecer ao desenvolvimento tecnológico e fabril daqueles países que concentram produção em primários?

Seguindo o receituário de Carr (2001), existiria um quadro inconveniente para os Estados de menor poder relativo. Estados mais adaptados tecnologicamente dificilmente estariam interessados em beneficiar aqueles que se dedicam à produção de primários. A satisfação própria, contida no projeto político de cada um dos Estados envolvidos, mitigaria o sentimento de difusão da prosperidade, argumento tão caro aos seguidores do credo idealista.

## Aspectos estratégicos da Parceria Transpacífico

Analistas de diversos institutos divergem sobre a presença de elementos geopolíticos na PTP. Um dos que compreende não haver noção geopolítica velada na coalizão é Cheong (2013), embora creia que o anúncio da vontade do Japão em participar da PTP, em 2013, começou a atrair a atenção de países da Ásia do Leste para essa *tour de force*. A principal justificativa baseia-se no fato de que a PTP não pode ter valor geopolítico, já que se cogita abertura para a acessão chinesa na PTP, pois, sendo a segunda maior economia do mundo, temeria ser excluída do processo. Além disso, quanto mais êxito obtido, por meio da PTP, mais a China aprofundaria oportunidades de livre comércio: para esse pesquisador, haveria sério custo de oportunidade em não participar de acordo de livre comércio em ambiente pan-Ásia-Pacífico (Cheong, 2013, p. 22).

No entanto, o autor parece estar atado às promessas de prosperidade embutidas nos discursos políticos. No mesmo artigo, Cheong (2013) afirma que a PTP é desfavorável a parceiros da China (Cheong, 2013, p. 3), mas, imbuído do espírito do Dr. Pangloss, prefere acreditar que isso seria um chamariz para aguçar o desejo chinês em tornar-se membro do empreendimento, a fim de gerar uma integração que compreendesse toda a Ásia. Em sentido parecido, mas sem negar significação geopolítica, Armstrong (2011) defende que a exclusão da China na PTP questiona o sucesso dessa associação: para ele, esse seria o maior desafio estratégico a enfrentar.

Outro adepto da crença do ingresso da China na PTP é Drysdale (2011). Para ele, haverá estratégias negociais de acessão em termos privilegiados, por parte da China, caso se faça sentir



indispensável. Essas ideias, junto às de Cheong (2013) e de Armstrong (2011), demonstram uma percepção de que haverá incontestável sucesso coletivo, não havendo um questionamento acerca de implicações mais abrangentes.

Não se questiona que esses Estados possam ceifar benefícios por meio da PTP, mas convém pensar que, na busca por interferir nos vetores da política regional, há Estados que têm mais a ganhar e outros mais a perder. Esse empreendimento tem capacidade de alterar o cenário geopolítico em curso e, nesse panorama, a vontade dos Estados Unidos pode ser medida por meio do engajamento da administração Obama na implantação de presença efetiva no entorno Ásia-Pacífico, o que pode ser notado por meio de pronunciamentos oficiais. Entre outras manifestações, o discurso do presidente junto ao parlamento australiano, por ocasião de visita oficial realizada em 2011, viabiliza a dimensão geopolítica que os Estados Unidos pretendem empreender naquela porção do globo. Nas palavras do presidente, naquele espaço ele encontra “a mais alta prioridade” da administração dele, como se pode observar *in verbis*:

As we consider the future of our armed forces, we've begun a review that will identify our most important strategic interests and guide our defense priorities and spending over the coming decade. So here is what this region must know. As we end today's wars, I have directed my national security team to make our presence and mission in the Asia Pacific a top priority. As a result, reductions in U.S. defense spending will not—I repeat, will not—come at the expense of the Asia Pacific. Here, we see the future. As the world's fastest-growing region—and home to more than half the global economy—the Asia Pacific is critical to achieving my highest priority, and that's creating jobs and opportunity for the American people. With most of the world's nuclear power and some half of humanity, Asia will largely define whether the century ahead will be marked by conflict or cooperation, needless suffering or human progress. As President, I have, therefore, made a deliberate and strategic decision—as a Pacific nation, the United States will play a larger and long-term role in shaping this region and its future, by upholding core principles and in close partnership with our allies and friends (OBAMA, 2011).

O discurso reforça a determinação em participar ativamente naquele âmbito. A mensagem do presidente acerca do crescimento econômico, do capital demográfico, da potencialidade nuclear - que não parece fazer menção a fins civis -, entre outros significados implícitos, enseja a crença de que os Estados Unidos estão dispostos a envidar esforços para consolidar a presença deles de maneira contundente.

Nesse contexto, parcela da academia interpreta que o envolvimento dos Estados Unidos na PTP objetiva conter a influência chinesa. Esse raciocínio é percebido, quando se encontram estudos em que se declara que “... a China passou a eclipsar a influência dos Estados Unidos na região...” (Lins, 2013, p. 15). Além da conveniência de obstar a China, os Estados Unidos teriam sido influenciados a tomar partido da iniciativa da PTP, porque aquele espaço se torna cada vez mais significativo para a economia mundial<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Lins (2013) vincula potencialidades econômicas a interesses individuais. A contenção da China ocorreria por intermédio de nova organização econômica regional que diminuiria a expressão chinesa. Como efeito direto, a relevância da presença de Beijing, como principal importador e exportador de bens e serviços, além de responsável por expressivo fluxo de capitais, seria reduzida na economia regional: diversos países, sobretudo os componentes da PTP, alterariam a importância da China negativamente.



A PTP, por conseguinte, concorre para impulsionar a consolidação de poder dos Estados Unidos. De acordo com Padula (2013), convirá a Washington limitar a presença da China na América do Sul e no Pacífico. Ao investigar os impactos geopolíticos da Aliança do Pacífico (2012), composta por Chile, Colômbia, México e Peru, argumenta sobre a importância da PTP. É notável o fato de que Chile, México e Peru integram os dois grupos. Nesse sentido, enfatiza que a PTP “*é a pedra angular da política econômica do governo Obama na Ásia-Pacífico...*” (Padula, 2013, p. 3). Essa argumentação mantém sintonia com o que teoriza Carr (2001) acerca do realismo, pois a política dos Estados Unidos, no seio da PTP, encontraria o seu epicentro na sua autosatisfação.

Nessa perspectiva, o envolvimento dos Estados Unidos na PTP é concebido como uma reação à política engendrada pela China. Segundo Padula (2013), a China empreende esforços na estruturação de acordos de livre comércio excluindo os Estados Unidos. Isso poderia ser observado na *Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP)*, por intermédio da qual se propõe uma área de livre comércio entre dez membros da ASEAN. Um acordo com esse perfil cumpriria o propósito de ampliar a dimensão chinesa, além de limitar a área de influência americana.

Por esses motivos, a PTP representa uma peça importante para os Estados Unidos na geopolítica destinada à Ásia. Nesse entendimento, as palavras de Zbigniew Brzezinski (2012), são esclarecedoras, quando afirma que:

O desafio central dos Estados Unidos nas próximas várias décadas é revitalizar-se, ao mesmo tempo em que (...) sustentam um equilíbrio complexo no Oriente que possa acomodar o crescente status global da China (Brzezinski, 2012, p. 97, *Apud* Lins, 2013, p. 15)

A análise do estrategista sugere uma “acomodação” de influências. Os Estados Unidos, portanto, estariam desejosos em interferir na escala de poder do Oriente, o que constitui um desafio complexo em meio à necessidade de sua auto-revitalização. Contudo, se, por um lado, as palavras de Brzezinski (2012) soam como um eufemismo que tenta suavizar a tensão com a China, por outro lado, não deixa de denotar um engajamento efetivo, o que *per se* contribui para confirmar as aspirações norte-americanas no entorno Ásia-Pacífico. Essa acomodação sugerida por Brzezinski dificilmente poderá ser posta em prática sem turbulência.

É nessa direção que os argumentos acerca da natureza desse projeto indicam opiniões bastante diversificadas. Há certa harmonia quanto ao entendimento de que somente após a entrada dos Estados Unidos na PTP a associação ganhou maior ênfase. No entanto, quanto às implicações políticas, o debate recebe interpretações opostas, em que sobressaem duas vertentes. Se, de um lado, o discurso expressa que a PTP dinamiza uma reorganização estrutural dos Estados Unidos, por outro lado, pesquisadores (Lins, 2013; Padula, 2013) acreditam na existência de uma mobilização com fundamento geopolítico. Assim, seja como maior participação do árbitro do sistema, seja como regulador da influência chinesa, os Estados Unidos utilizam a PTP para desenvolver um equilíbrio na Ásia-Pacífico proveitoso para si mesmo.



## Conclusão

A essência do pensamento de Carr (2001) propicia uma compreensão ampla acerca do conteúdo da PTP. Ainda que reflita um contexto político assaz particular, em um período marcado por intensa rivalidade, em meio a uma dinâmica diferente da que se vive na contemporaneidade, a teoria proposta por ele é bastante pertinente. Não se nega que possa haver conveniências para os participantes, todavia, sobressai a existência tanto de ganhos estruturais pouco expressivos aos mais fracos quanto de conquistas políticas para os países mais fortes.

Entre os principais motivos alegados oficialmente para a concretização da política em torno da PTP estão os fatores positivos ocasionados pela liberalização. Nesse sentido, os Estados Unidos alegam que é desejável promover uma aproximação com os países da região Ásia - Pacífico, porque há favorecimento por meio desse estratagema. No entanto, muitas contribuições atêm-se aos potenciais benefícios e ignoram os aspectos complementares. Se os Estados primam por seus interesses individuais, o proveito coletivo seria mera coincidência quando se desenha a PTP, pois o que interessa, sobretudo aos Estados Unidos, é a otimização dos recursos de poder. Entre os pormenores dessa maximização de vantagens estaria, em seu par oposto, a perda de influência da China em seu âmbito regional.

Ao se considerarem os autores mencionados, valendo-se da mediação da teoria produzida em Carr (2001), observa-se que, em certos casos, há ausência de noção sobre ganho ou perda de poder por meio da PTP. Avaliando a coerência dessas duas perspectivas e tendo por bases as reflexões de Carr (2001), restou observado que muito se produz sobre um mundo que pode ou não existir. Contrapondo-se a isso, os ensinamentos de Lins (2013) e de Padula (2013) guardam maior proximidade com os preceitos difundidos por Carr (2001), pois revelam que discurso e práxis se conjugam em um contexto geopolítico, amiúde marcado por dubiedade, como se pode verificar nas entrelinhas da Parceria Transpacífico.

## Referências

1. Armstrong, Shiro (2011). "China's participation in the Trans-Pacific Partnership", In *East Asia Forum: Economics, Politics and Public Policy in East Asia and the Pacific*, December.
2. Brzezinski, Zbigniew. (2012). Balancing the East, Upgrading the West. *Foreign Affairs*, v.91, n. 1, p. 97-104. (Special Anniversary Issue: The Clash of Ideas).
3. Carr, Edward Hallett (2001). *Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. 2ª Edição, Editora Universidade de Brasília, Coleção Clássico IPRI, 2001.
4. Chang, Ha-Joon (2004). *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Editora UNESP.
5. Chang, Ha-Joon (2010). Hamlet without the prince of Denmark: how development has disappeared from today's development discourse, In S. Khan & J. Christiansen (eds.), *Towards New Developmentalism: Market as Means rather than Master*, Routledge, Abingdon.
6. Cheong, Inkyo (2013). "Negotiations for Trans-Pacific Partnership Agreement: evaluation and implications for East Asian Regionalism", In *ABDI Working Paper Series n° 428*, Asian Development Bank.
7. Drysdale, Peter (2011). "China, economic containment and the TPP", In *East Asia Forum*, December.
8. Holmes, Frank (2016) Can the TPP Save the Global Economy?, In *Investor Alert*, disponível em 20 de outubro de



- 2016 em <http://usfunds.com/investor-library/investor-alert/can-the-tpp-save-the-global-economy/#.WAlg8DLOreQ>
9. Lins, Hoyoed Nunes (2013). “Novas geometrias no capitalismo global: a Parceria Trans-Pacífico”, In *Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política*, Sociedade Brasileira de Economia Política, realizado em Belo Horizonte, entre 28 e 31 de maio e 2013.
10. Obama, Barack (2011, 17 de junho). Discurso do Presidente Barack Obama junto ao Parlamento da Austrália. Recuperado em 10 de agosto de 2016 de <http://www.whitehouse.gov/blog/2011/11/17/president-obama-addresses-australian-parliament>.
11. Padula, Raphael (2013). “A Aliança para o Pacífico, o Brasil e o poder global na integração regional da América do Sul”, In *Anais IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações internacionais - ABRI*, realizada em Belo Horizonte, entre 23 a 26 de julho de 2013.